

**EXPANSÃO EDUCACIONAL NO SUDESTE E MIGRAÇÃO EM MINAS
GERAIS: IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE ITUIUTABA
(1956-1971)**

Luciene Teresinha de Souza Bezerra
Betania de Oliveira Laterza Ribeiro
José Carlos Souza Araujo

RESUMO

Com este estudo, buscou-se explorar os impactos da migração e da expansão educacional nos índices de analfabetismo no Brasil. No processo de desenvolvimento nacional no período de 1950-1960, a industrialização e urbanização atraíram para a cidade uma massa de população campesina que, até então, superava a população urbana, caso se considerasse o Sudeste ou a própria Minas Gerais. Objetivou-se compreender a influência da migração nas taxas de analfabetismo desse estado, focalizando o município de Ituiutaba entre 1956 e 1971. Como pesquisa documental, este estudo se ancorou em atas da Câmara Municipal, em matérias jornalísticas, em relatos orais e em dados estatísticos. Os resultados mostram que os dados locais põem em xeque eventuais consensos. Por exemplo, esse município experimentou um processo de migração para o campo - e não do meio rural para a cidade - o que ampliou suas taxas de analfabetismo. Nesse caso, o número de escolas rurais superou o de escolas urbanas, quando a tendência da expansão educacional era de feição urbana, como são os grupos escolares. Ainda assim, esse município apresentou taxas de analfabetismo que superavam a média regional e nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento nacional; Industrialização; Urbanização; Analfabetismo; Escolas rurais.

**EDUCATION SPREAD IN SOUTHEAST AND MIGRATION IN MINAS GERAIS
STATE: IMPACTS ON LITERACY OF ITUIUTABA CITY POPULATION
(1956-1971)**

ABSTRACT

This study aimed to explore the impacts of migration and educational expansion on illiteracy rates in Brazil. In the years 1950-60, Brazil entered a development period, which was marked not only by industrialization and urbanization but also by a mass of rural population, which until then exceeded the urban population — if we consider the Southeast region (and Minas Gerais). This study aimed to understand the influence of migration on illiteracy rates of this state, by focusing on Ituiutaba municipality between 1956 and 1971. Based on documents, this study drew from sources such as City Hall minutes, newspaper articles, oral accounts and statistics. Results show that the particular data is different from expected. For example, Ituiutaba experienced a migration process which led people to rural areas, and not the other way round, as it the national trend. It was natural then that the number of rural schools overcame urban one, when the trend of educational expansion had the city in mind. Still, Ituiutaba city had illiteracy rates that exceeded the regional and national average.

Keywords: National development; Industrialization; Urbanization; Illiteracy; Rural schools.

Introdução

A compreensão histórica da educação pública, no Brasil, tende a beneficiar-se da lógica dialética no que se refere à consideração do geral, do particular e do local na análise. A consciência dessa possibilidade permite uma compreensão mais abrangente das relações entre escolarização e precariedade estrutural do ensino público, uma vez que o dado local pode oferecer subsídios que permitem pôr em xeque os consensos e as tentativas de generalizar. Dicotomizar “[...] o particular e o universal, o específico e o geral [...]”, como afirma Buffa (2002, p. 26), é ignorar que tais categorias se imbricam, inter-relacionam-se, correlacionam-se e convivem, ou seja, não são necessariamente dicotômicas.

A título de contextualização, há de se considerar o caso da alfabetização. Na década de 1920, a taxa de brasileiros alfabetizados na faixa etária de 5 a 19 anos era de 9%; já, na década de 1940, atingiu a 21,43%. Disso se deduz uma ampliação expressiva do número de matrículas, pois, “[...] em 1920, mais de 90% da população escolarizável não frequentava a escola” (ROMANELLI, 1978, p. 64). No período de 1957-1966, a expansão da escolarização, sobretudo no Sudeste, eleva o percentual acima de 53%. Ainda assim, não se pode dizer que a elevação tenha sido uniforme. Estado de projeção econômica e política, Minas Gerais apresentava índices de analfabetismo alarmante; e, no que se refere ao município de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, a migração talvez tenha sido uma variável influente não só no que diz respeito à manutenção do analfabetismo, mas também a sua ampliação.

Esse município se singulariza no que se refere ao plano geral nas relações entre migração e escolarização. De acordo com o plano nacional, o movimento de expansão educacional era o de criar mais escolas nas cidades - os grupos escolares. No entanto, em Ituiutaba, ocorreu o inverso: foi necessária a criação de mais escolas rurais, visto que o meio rural recebera levas de migrantes do norte de Minas Gerais e do Nordeste, por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960. Se, nesse momento, o fluxo da migração nacional era do campo para a cidade, em Ituiutaba, o alvo da migração foi o campo.

Nessas décadas, o município de Ituiutaba consolidou-se economicamente, chegando a ser denominado de “capital do arroz”, tal era a força econômica da rizicultura. Não por acaso, atraiu uma massa de migrantes em busca de melhores condições de vida, muitos advindos de áreas do sertão mineiro e nordestino. Uma vez instalados no meio rural, passaram a compor a população camponesa original, por si só, maior que a da sede municipal. Esse aumento impôs a necessidade de criar escolas para suprir a demanda educacional das famílias que se estabeleceram nas fazendas. Dessa forma, em um dado momento, havia quatro vezes mais escolas no campo que na cidade. Se, no período de 1910 a 1946, a cidade de Ituiutaba contou com uma escola pública para o curso elementar, até 1947, ela possuía somente dois grupos escolares¹.

Com esse desenvolvimento, a sociedade e o poder público de um município de projeção econômica regional e nacional, assim como o país, foram incapazes de evitar um índice de analfabetismo de 57%, na década 1960, mais expressivo que as taxas de Minas Gerais. Diante disso, pode-se falar em contradição nas relações entre um desenvolvimento municipal econômico ascendente e sua desarticulação com o ensino público. Compreende-se a estrutura do processo dialético como uma contradição, sendo este um condutor do mundo social, onde se inserem os homens. Revela o movimento da própria existência, por meio de um processo dinâmico, em que a contradição é um eixo imprescindível para a sociedade. Portanto, este processo é tenso, sempre marcado pelo o que já foi e o ainda-não, não sendo. Nesse sentido, “[...] todo real é um processo que contém, sem encerrar, o

possível numa unidade de contrários” (CURY, 1995, p. 31). Ignorá-la seria considerar a realidade como algo estático, seria retirar do real, o movimento.

Com pretensões mais descritivas do que de análise problematizadora, este estudo² explora esse contexto, ao buscar situar o município de Ituiutaba - a cidade e o campo - no processo de expansão educacional, alinhado aos projetos políticos nacionais de impacto na economia e na sociedade local, sobretudo na educação. O propósito é ampliar o entendimento do processo histórico do ensino primário em sua projeção local e regional, de acordo com o processo político-educacional, no período entre 1956 e 1971. O estudo objetivou *construir* uma compreensão a respeito da migração como fator influente no aumento da população em geral e, em particular, da analfabeta, principalmente, a partir da década de 1950.

Para tanto, esta pesquisa recorre a fontes estatísticas, à imprensa local, às atas da Câmara Municipal e aos relatos orais, a fim de discernir permanências, resistências e recriações no processo de expansão da escolarização. O levantamento e a sistematização dessas fontes produziram dados que foram organizados para serem lidos no terreno circunscrito pelas categorias de análise - contexto histórico e circunstância de criação de escolas - sugeridas por Nosella e Buffa (2005). Entram em cena a expansão da escola pública no Sudeste, em Minas Gerais, e o êxodo urbano, marcante no município, desde meados da década de 1950, quando houve a migração de famílias trabalhadoras para o meio rural de Ituiutaba; e, a partir dos anos de 1970, quando muitos desses migrantes trabalhadores se rumaram para o meio urbano em busca das condições de trabalho que a mecanização do campo subtraía, e de escolas que foram fechadas em decorrência do esvaziamento do meio rural.

Expansão educacional no Sudeste e em Minas Gerais

No período de 1950 a 1960, houve transformações significativas na estrutura social do país, alinhadas ao desejo republicano de modernizá-lo, ou seja, de anular, de vez, o conservadorismo e o tradicionalismo que resistiram à renovação imposta pela República, ainda, entranhados em alguns setores. Beskow (1999, p. 56) entende tais mudanças como indícios da entrada do país em condições “[...] mais avançadas de industrialização [...]”, com “[...] mercado doméstico crescente [...]”, com políticas de importação protecionistas e favoráveis a “[...] empresários já instalados [...]”, com investimentos vultuosos do Estado e “[...] fortes investimentos externos [...]” na indústria, por exemplo, de energia e transportes.

Em outros termos, o Estado deu mostras de seu interesse em industrializar o país, procurando diminuir as importações e ampliar o capital. Para isso, Juscelino Kubitschek instituiu um Plano de Metas, prevendo, inclusive, a construção de uma nova sede administrativa no Centro-Oeste brasileiro, de tal modo que Brasília materializou o esforço de estabelecer as bases da infraestrutura para o desenvolvimento do capital e estendê-la para o interior do país.

Mudou-se o perfil demográfico: de predominantemente rural para urbano. A agricultura perdeu importância na balança comercial, ainda que produzir alimentos básicos era e continua sendo primordial para sustentar a massa trabalhadora urbana. Conforme Beskow (1999, p. 70): "No processo de industrialização substitutiva de importações, coube ao setor agrícola uma série de funções, como: o suprimento de alimentos baratos para a força de trabalho do setor industrial e das demais atividades urbanas [...]", dentre outras funções.

Esse período coincide com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência da República, cujo Plano de Metas pretendeu alcançar o desenvolvimento de cinco décadas, em cinco anos. O plano consistia em 30 metas para educação, energia e transportes, dentre outros; sua síntese, e talvez o símbolo maior, foi a transferência da capital, então no Rio de Janeiro, para o planalto central, onde seria erguida Brasília, o novo Distrito Federal. Como afirma Skidmore (2007, p. 205), “[...] o Governo Kubitschek seguiu uma política de nacionalismo desenvolvimentista”. A ideologia do nacional-desenvolvimentismo alinhou-se por meio da abertura do país que possibilitou a entrada de organizações estrangeiras de bens de consumo duráveis para finalizar o processo de substituição de importações.

Certamente, o governo conseguiu atingir sua meta de industrialização. Mas, conforme Saviani (2007, p. 350): “Manifestou-se aí a contradição entre o modelo econômico, de caráter desnacionalizante, e a ideologia política nacionalista, que estaria na base da crise dos anos iniciais da década de 1960, que desembocou no internacionalismo autoritário em sua vertente militarista”. Educação e cultura ocuparam o quarto lugar nas prioridades. Na posição ocupada pelo setor educacional, as verbas previstas somavam 3,4% do produto interno bruto; percentual que contrasta com os 93% previstos para energia, transportes e indústrias de base (SILVA, 2015). No entanto, “[...] também se realiza a disseminação do ensino privado, confessional ou não, que concorre com a dimensão pública, seja auxiliando-a ou com ela estabelecendo parceria, seja socorrendo a nascente pressão pela escolarização” (ARAUJO, 2006, p. 214).

Em decorrência disso, os investimentos do Estado deveriam convergir para o progresso da educação pública, em especial o nível primário, que precisava se expandir com urgência, atendendo às camadas populares. Nas tabelas, a seguir, apresentam-se dados do quantitativo de alunos, referentes à realidade da educação em nível nacional, particular e público (estadual e municipal), respectivamente, de acordo com a sua dependência administrativa.

Tabela 1. Dados quantitativos de alunos, segundo a administração escolar na região Sudeste, 1957-1971

	SUDESTE	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICULAR	%
1957	2.745.764	1.080	0,04	1.816.066	66,14	631.198	22,99	297.420	10,83
1958	2.848.199	1.011	0,04	1.862.739	65,40	703.310	24,69	281.139	9,87
1959	2.991.684	2.625	0,09	1.933.448	64,63	750.422	25,08	305.189	10,20
1960	3.156.600	3.324	0,11	2.331.760	73,87	510.221	16,16	311.295	9,86
1961	3.275.720	2.492	0,08	2.485.408	75,87	483.768	14,77	304.052	9,28
1962	3.547.846	4.574	0,13	2.679.682	75,53	544.809	15,36	318.781	8,98
1963	4.466.056	7.331	0,16	3.376.575	75,61	699.982	15,67	382.168	8,56
1964	4.983.134	6.846	0,14	3.805.789	77,07	626.380	12,68	499.119	10,11
1965	4.910.859	8.734	0,18	3.868.794	78,78	571.315	11,63	462.016	9,41
1966	5.109.989	10.408	0,20	4.107.703	80,39	531.044	10,39	460.834	9,02
1967	5.267.598	8.650	0,16	4.157.903	78,94	625.879	11,88	475.166	9,02
1968	5.411.195	8.813	0,16	4.164.827	76,97	746.004	13,79	491.551	9,08
1969	5.525.471	11.056	0,20	4.224.739	76,46	787.233	14,25	502.443	9,09
1970	5.642.496	13.440	0,24	4.317.879	76,52	823.970	14,60	487.207	8,64
1971	5932.238	9.366	0,16	4.467.672	75,31	959.164	16,17	496.036	8,36

Fonte: IBGE (2010).

A região Sudeste pouco alterou em relação aos percentuais em níveis federal e particular, embora este tenha caído em 2,5%, ao final do período, na participação geral. Já, no que diz respeito ao ensino público, os estados apresentaram uma parcela mais significativa no total das matrículas, isto é, subiu pouco mais de 9%, em relação ao todo. Por outro lado, os municípios tiveram sua participação diminuída em quase 7%.

Tabela 2. Dados quantitativos de alunos, segundo a administração escolar em Minas Gerais, 1957-1971

	MINAS GERAIS	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICULAR	%
1957	923.230	1.080	0,12	578.579	62,67	279.315	30,25	64.256	6,96
1958	879.501	1.011	0,11	552.040	62,77	272.711	31,01	53.739	6,11
1959	939.085	2.625	0,28	579.373	61,69	300.765	32,03	56.322	6,00
1960	1.020.664	3.324	0,32	697.135	68,30	265.640	26,03	54.565	5,35
1961	1.033.971	2.492	0,24	739.246	71,50	244.228	23,62	48.005	4,64
1962	1.157.189	3.740	0,32	795.527	68,75	286.411	24,75	71.511	6,18
1963	1.437.591	3.853	0,27	1.004.414	69,86	356.023	24,77	73.301	5,10
1964	1.577.472	4.670	0,30	1.160.373	73,56	340.321	21,57	72.108	4,57
1965	1.714.491	5.643	0,33	1.322.776	77,15	314.778	18,36	71.294	4,16
1966	1.782.063	8.176	0,46	1.443.107	80,98	277.666	15,58	53.114	2,98
1967	1.853.092	6.172	0,33	1.459.764	78,78	338.976	18,29	48.180	2,60
1968	1.798.228	5.368	0,30	1.306.018	72,63	436.487	24,27	50.355	2,80
1969	1.830.082	9.840	0,54	1.321.637	72,22	446.604	24,40	52.001	2,84
1970	1.850.944	8.205	0,44	1.342.928	72,55	451.566	24,40	48.245	2,61
1971	1.941.182	7.246	0,37	1.358.795	70,00	528.015	27,20	47.126	2,43

Fonte: IBGE (1972).

Ao se articular a quantidade de alunos por escola com a sua respectiva dependência administrativa e ainda com a sua localização, observa-se que, no ensino particular, houve redução de matrículas em Minas Gerais: de 6,96%, em 1957, passou para 2,43%, em 1971; assim como ocorreu no ensino municipal, cuja queda se aproximou de 3%.

Nas escolas públicas em que houve oscilação, ao longo do período, a matrícula aumentou em quase 7,5%. Uma vez que a participação nas escolas municipais, em Minas Gerais, é superior à das escolas do Sudeste, esse estado apresenta participação mais expressiva, assim como também é a presença do ensino particular no Sudeste em relação a Minas.

Tabela 3. Unidades escolares por dependência administrativa no Sudeste, 1957-1971

	SUDESTE	FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PARTICULAR	%
1957	31.076	15	0,05	15.072	50,75	12.578	40,48	2.711	8,72
1958	32.278	17	0,05	16.303	50,51	13.291	41,18	2.667	8,26
1959	33.443	57	0,17	16.640	49,76	13.910	41,59	2.836	8,48
1960	34.869	52	0,15	19.635	56,31	12.299	35,27	2.883	8,27
1961	35.435	28	0,08	21.090	59,52	11.503	32,46	2.814	7,94
1962	37.177	46	0,12	21.041	56,60	13.207	35,52	2.883	7,76
1963	38.447	50	0,13	22.587	58,75	12.930	33,63	2.880	7,49
1964	42.001	59	0,14	26.452	62,98	12.203	29,05	3.287	7,83
1965	42.719	75	0,18	28.284	66,21	11.281	26,41	3.079	7,20
1966	44.051	118	0,27	30.955	70,27	9.962	22,61	3.016	6,85
1967	39.021	62	0,17	25.349	64,96	10.727	27,49	2.877	7,38
1968	39.327	68	0,17	23.190	58,96	13.059	33,20	3.016	7,67
1969	45.860	50	0,11	28.136	61,35	14.625	31,89	3.049	6,65
1970	45.756	74	0,16	28.680	62,68	13.934	30,45	3.068	6,71
1971	48.057	49	0,10	29.762	61,93	51.052	31,32	3.194	6,65

Fonte: IBGE (1972).

Sobre a dependência administrativa das unidades escolares no Sudeste e em Minas, nota-se que, na região, esse estado apresenta aumento na participação de alunos, entretanto, verifica-se que há uma queda no que se refere à participação em nível municipal. Já, as escolas particulares apresentam contraste em relação ao Sudeste. Enquanto em Minas não

houve mudança no número de participação, nas escolas dos municípios, observa-se um aumento de matrículas, em uma proporção equivalente à perda matricular das particulares. Enfim, o estado de Minas apresenta um número de escolas municipais, em dobro, em relação às estaduais, conforme Tabela 4. No Sudeste, ocorre o contrário, embora isso não signifique que o número de alunos matriculados no município e estado seja na mesma proporção.

Tabela 4. Unidades Escolares por dependência administrativa em Minas Gerais, 1957-1971

	MG	EVOLUÇÃO	FEDERA L	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PRIVADA	%
1957	11.080	—	15	0,14	3.334	30,09	7.223	65,19	508	4,58
1958	11.303	102,01	17	0,15	3.401	30,09	7.354	65,06	531	4,70
1959	11.870	105,02	57	0,48	3.411	28,74	7.843	66,07	559	4,71
1960	12.667	106,71	52	0,41	5.165	40,77	6.926	54,68	524	4,14
1961	12.672	100,04	28	0,22	5.647	44,56	6.525	51,49	472	3,73
1962	13.581	107,17	40	0,30	4.944	36,40	7.956	58,58	641	4,72
1963	13.924	102,52	36	0,26	5.144	36,94	8.160	58,60	584	4,20
1964	15.710	112,83	49	0,31	6.791	43,23	8.223	52,34	647	4,12
1965	16.181	103,00	60	0,37	7.787	48,12	7.722	47,72	612	3,79
1966	16.505	102,00	109	0,66	9.153	55,46	6.804	41,22	439	2,66
1967	16.829	101,96	47	0,28	8.556	50,84	7.829	46,52	397	2,36
1968	16.042	0,9532	36	0,23	5.493	34,24	10.121	67,09	392	2,44
1969	16.878	105,21	44	0,26	5.241	31,05	11.180	66,24	413	2,45
1970	16.136	0,9560	46	0,29	5.107	31,64	10.570	65,51	413	2,56
1971	17.092	105,92	38	0,22	5.140	30,07	11.500	67,28	414	2,43

Fonte: IBGE (1972).

Nesse contexto de desenvolvimento acelerado, a educação foi submetida a um processo de expansão da mesma natureza, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1950 até o início do decênio de 1970. A escolarização expandiu-se com vigor na região Sudeste, conforme tabela, a seguir.

Tabela 5. Escolas do Sudeste e de Minas Gerais, segundo localização das unidades escolares, 1957-1971

	SUDESTE TOTAL	ESCOLAS URBANA S	%	ESCOLAS RURALS	%	MINAS GERAIS	ESCOLAS URBANAS	%	ESCOLAS RURALS	%
1957	31.076	9.220	29,67	21.856	70,33	11.080	2.812	25,38	8.268	74,62
1958	32.278	9.352	28,97	22.926	71,03	11.303	2.852	25,23	8.451	74,77
1959	33.443	9.768	29,21	23.675	70,79	11.870	2.985	25,15	8.885	74,85
1960	34.869	9.878	28,33	24.991	71,67	12.667	2.945	23,25	9.722	76,75
1961	35.435	9.962	28,11	25.473	71,89	12.672	2.853	22,51	9.819	77,49
1962	37.177	10.216	27,48	26.961	72,52	13.581	2.923	21,52	10.658	78,48
1963	38.447	10.564	27,48	27.883	72,52	13.924	2.724	19,56	11.200	80,44
1964	42.001	12.210	29,07	29.791	70,93	15.710	3.082	19,62	12.628	80,38
1965	42.719	12.968	30,36	29.751	69,64	16.181	3.445	21,29	12.736	78,71
1966	44.051	11.831	26,86	32.220	73,14	16.505	3.044	18,44	13.461	81,56
1967	39.021	9.619	24,65	29.402	75,35	16.829	2.934	17,43	13.895	82,57
1968	39.327	10.203	25,94	29.124	74,06	16.042	3.044	18,98	12.998	81,02
1969	45.860	12.123	26,43	33.737	73,57	16.878	3.125	18,52	13.753	81,48
1970	45.756	11.932	26,08	33.824	73,92	16.136	3.223	19,97	12.913	80,03
1971	48.057	12.312	25,62	35.745	74,38	17.092	3.262	19,08	13.830	80,92

Fonte: IBGE (2010).

Possivelmente seja em razão desse avanço que o volume de pessoas na faixa etária de 5 a 19 anos, na escola, tenha se elevado a 53,72% em 1970. Ante a situação das

primeiras décadas do século XX, era evidente o progresso alcançado, pois, nessa época, segundo Romanelli (1978, p.64) “[...] mais de 90% de tal população escolarizável não frequentava a escola”. A tabela, a seguir, expõe dados relativos a esse avanço em relação ao número de matrículas.

Tabela 6. Crescimento populacional e escolarização da população brasileira em idade escolar, faixa etária de 5 a 19 anos - 1920-1970

ANOS	POPULAÇÃO	MATRÍCULA NO PRIMÁRIO	MATRÍCULA NO MÉDIO	TOTAL DE MATRÍCULA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO DA MATRÍCULA
1920	12.703.077	1.033.421	109.281	1.142.702	8,99%	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,435	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15%	148,20	430,92
1960	25.877.643	7.458.002	1.177.427	8.635.429	33,37%	203,71	755,70
1970	35.170.643	13.906.484	4.989.776	18.896.260	53,72%	276,86	1.653,64

Fonte: Romanelli (1978, p. 64).

A autora, porém, relativiza esse avanço na expansão, segundo o qual, em 20 anos, a taxa de escolarização, na faixa etária de 5 a 19 anos, é duplicada. Romanelli (1978, p.64), salienta ainda que houve uma insuficiência desse alcance, afinal em 1970 “[...] 46,28% da população escolarizável estava fora da escola [...]”. Acrescenta-se a isso que parte expressiva deste último contingente estava no meio rural, conforme valores percentuais, na tabela seguinte.

Tabela 7 - População nos censos demográficos por situação de domicílio no Brasil, no Sudeste e em Minas Gerais, 1950-1970

ANO	1950		1960		1970		
	Brasil	Sudeste	MG	Brasil	MG	Brasil	MG
Rural	33.161.506		5.459.273	38.987.526	5.995.460	41.603.839	5.447.982
%	63,84		70,15	54,92	60,20	44,02	47,04
Urbana	18.782.891		2.322.915	32.004.817	3.964.580	52.904.744	6.167.113
%	36,16		29,85	45,08	39,80	55,98	52,96
Total	51.944.397		7.782.188	70.992.343	9.960.040	94.508.583	11.645.095

Fonte: IBGE (1950; 1960; 1970).

Com efeito, a distribuição demográfica em Minas Gerais replicava o cenário nacional, em outros termos, sua população era maciçamente residente no campo. Esse alinhamento no cenário nacional, de acordo com o ponto de vista da distribuição demográfica, replicou-se no campo da educação de tal modo que a criação de escolas rurais - municipais - sofreu retração, ainda que, nos momentos de ascensão, tenha crescido mais que os grupos escolares. Na tabela, a seguir, apresentam-se dados pertinentes, nesse sentido.

Tabela 8. Evolução do número de escolas em Minas Gerais, 1957-1971

	ESCOLAS URBANAS	%	ESCOLAS RURAIS	TOTAL	%
1957	2.812	25,38	8.268	11.080	74,62
1958	2.852	25,23	8.451	11.303	74,77
1959	2.985	25,15	8.885	11.870	74,85
1960	2.945	23,25	9.722	12.667	76,75
1961	2.853	22,51	9.819	12.672	77,49
1962	2.923	21,52	10.658	13.581	78,48
1963	2.724	19,56	11.200	13.924	80,44
1964	3.082	19,62	12.628	15.710	80,38
1965	3.445	21,29	12.736	16.181	78,71
1966	3.044	18,44	13.461	16.505	81,56
1967	2.934	17,43	13.895	16.829	82,57
1968	3.044	18,98	12.998	16.042	81,02
1969	3.125	18,52	13.753	16.878	81,48
1970	3.223	19,97	12.913	16.136	80,03
1971	3.262	19,08	13.830	17.092	80,92

Fonte: IBGE (2010).

Ao observar o volume de escolas rurais frente ao número de escolas urbanas, pode-se deduzir que a expansão da escolarização, em Minas Gerais, resultou mais da ação municipal que da ação do estado. Vale observar que, ao estado, cabia criar grupos escolares, destinados basicamente às cidades. Em parte, pode-se supor que erguer escolas no campo fosse menos oneroso que construir escolas urbanas.

Isso significa que o dispêndio financeiro na construção de escolas com, no máximo, duas salas de aulas, dois banheiros e uma varanda tendia a ser inferior aos custos da construção de um grupo escolar. Igualmente, manter uma professora residindo na região onde se instalava a escola, também, significava investimentos menores em recursos humanos. Importa observar que, em alguns casos, o proprietário cedia moradia para a permanência da professora, durante a semana.

Em relação às escolas de Minas, verifica-se, na tabela seguinte, a média de professores atuantes em escolas das áreas urbana e rural.

Tabela 9. Quantidade de professores por escola em Minas Gerais, 1957-1971

	PROFESSORES	ESCOLAS	PROFESSOR POR ESCOLA	PROFESSOR EM ESCOLA URBANA	ESCOLAS URBANAS	PROFESSOR POR ESCOLA URBANA	PROFESSORES DE ESCOLAS RURAIS	ESCOLAS RURAIS	PROFESSOR POR ESCOLA RURAL
1957	25.843	11.080	2,33	16.774	2.812	5,97	9.069	8.268	1,10
1958	26.693	11.303	2,36	17.437	2.852	6,11	9.256	8.451	1,10
1959	28.503	11.870	2,40	18.664	2.985	6,25	9.839	8.885	1,11
1960	31.233	12.667	2,47	20.372	2.945	6,92	10.861	9.722	1,12
1961	33.289	12.672	2,63	22.069	2.853	7,74	11.220	9.819	1,14
1962	39.455	13.581	2,91	26.714	2.923	9,14	12.741	10.658	1,20
1963	43.498	13.924	3,12	29.337	2.724	10,77	14.161	11.200	1,26
1964	49.385	15.710	3,14	33.478	3.082	10,86	15.907	12.628	1,26
1965	54.691	16.181	3,38	37.745	3.445	10,96	16.946	12.736	1,33
1966	60.712	16.505	3,68	40.543	3.044	13,32	20.169	13.461	1,50
1967	60.014	16.829	3,57	38.366	2.934	13,08	21.648	13.895	1,56
1968	64.705	16.042	4,03	43.679	3.044	15,35	21.026	12.998	1,62
1969	64.051	16.878	3,79	42.552	3.125	13,62	21.499	13.753	1,56
1970	66.479	16.136	4,12	45.322	3.223	14,06	21.157	12.913	1,64
1971	72.472	17.092	4,24	49.110	3.262	15,06	23.362	13.830	1,69

Fonte: IBGE (1972).

Conforme os dados apresentados na tabela, em 1957, havia uma média de 2,33 % professores por escola; em 1971, 4,24%. No meio rural, essa relação era 1,1% e 1,69%, respectivamente. Pode-se concluir que as escolas urbanas tiveram mais investimento em sua estrutura física e em recursos humanos, ou seja, podiam, estruturalmente, absorver mais alunos. As escolas rurais mantiveram quase a mesma estrutura física. A partir disso, pode-se inferir uma possível preparação para demandas futuras, como aquela derivada da migração campo-cidade.

[...] Minas Gerais sofreu ao longo de três décadas (1950–1970) uma significativa redução da sua população rural. Através dos dados utilizados, percebemos efetivamente um decréscimo no número de pessoas presentes no meio rural com uma população urbana em crescimento. Os dados do Censo Demográfico da década de 1950 apontam que 70% da população mineira viviam no meio rural. Entretanto, ao analisar os dados de 1960, essa porcentagem cai para 60%, chegando à década de 1970 com 47% da população vivendo no meio rural mineiro (PORTES; SANTOS, 2012, p. 409).

Não obstante, a ascensão do número de escolas rurais - sobretudo em 1971 - contrasta com o que Portes e Santos (2012) apontam. Em outros termos, esses autores questionam o seguinte: em um processo de êxodo do campo, na década de 1970, a quem se destinariam as escolas criadas no meio rural? Possivelmente, isso pode ser explicado, uma vez considerando que o processo de migração campo-cidade, em Minas Gerais, não ocorreu de forma uniforme em todo o estado. Em certas regiões, o êxodo pode ter sido menos severo, a exemplo de áreas menos desenvolvidas economicamente como o Vale do Jequitinhonha, onde as cidades talvez oferecessem pouco ao migrante e, de resto, à população nativa. Houve, ainda, municípios cuja população rural aumentou em razão da migração que recebera de regiões mineiras e outros estados, por exemplo, Ituiutaba.

Ituiutaba no contexto da expansão educacional

O instrumento central da expansão educacional - o grupo escolar, sobretudo na primeira metade do século - privilegiou a cidade, onde se materializaram as relações sociais, econômicas e políticas, bem como as relações pessoais, cujos registros materiais podem ajudar a compreender a ampliação da escola pública. A possibilidade de desenvolvimento prometida pela cidade - pela educação de qualidade do grupo escolar, pelo emprego na indústria, pelas condições menos insalubres de vida - atraiu a população campestre, cuja presença na urbe modificaria sua feição, principalmente, a educacional, pois ampliava o número de analfabetos. Daí, ser necessidade incontestável a massificação educacional, sobretudo, a partir de 1940, quando o desenvolvimento no interior passou a ser visto como possibilidade de concretizar um projeto de unidade e homogeneidade nacional, principalmente, de políticas públicas para a educação.

Ituiutaba ilustra esse processo. Conforme o recenseamento geral de 1950, sua população era de 37.245 habitantes, cuja área de residência e grau de escolarização se delineiam nas tabelas, a seguir:

Tabela 10. População rural e urbana do município de Ituiutaba, 1940-1970

ANO	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	TOTAIS
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 8

Fonte: IBGE (1940; 1950; 1960; 1970).

De acordo com os dados apresentados, na tabela acima, evidencia-se uma população rural superior à urbana. Em parte, por conta da migração de nordestinos, iniciada na década de 1950. Com efeito, a partir de 1950, a atividade agrícola (cultivo de grãos), cujo apogeu ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 (RIBEIRO; LIMA; QUILLICI NETO, 2013), embasou a economia e estimulou o comércio: a cidade abastecia o estado. Ituiutaba “[...] já era a maior produtora de arroz e de milho em todo o Estado de Minas Gerais, com cerca de 10.000 alqueires (mineiros) de arroz, sendo cultivados”. Seria chamada de “capital do arroz” até o fim do decênio de 1960 (SILVA, 1997, p. 26). Publicações, como a Enciclopédia dos municípios brasileiros (1959, p. 306), salientaram esse potencial agrícola:

A principal atividade do município é a agricultura. As terras [...] são reputadas, entre as mais ferazes do mundo, comparadas segundo Humboldt, Saint-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e as do Vale do São Lourenço, no Canadá. O Cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhar de tratores, bem como numerosas colhedoras de arroz, o que lhe vale o título de “capital do arroz” (Grifo do autor).

As tabelas seguintes enumeram e quantificam as atividades econômicas, na década de 1950. A partir da leitura desses dados, pode-se deduzir que, em um município de população original maciçamente rural e ainda inflada por migrantes, era natural a concentração da atividade agrícola e pecuária como base da economia local, ou seja, da “capital do arroz”. Os números referentes ao rebanho bovino e suíno dão uma medida da demanda por mão de obra.

Tabela 11. Rebanhos do município de Ituiutaba, 1955

REBANHOS	NÚMERO DE CABEÇAS	Cr\$ 1.000	% SOBRE O TOTAL
Aves	20	80	0,01
Bovinos	200.000	360.000	75,39
Caprinos	3.200	384	0,08
Eqüinos	15.000	18.000	3,76
Muares	2.500	3.000	0,62
Ovinos	1.600	272	0,05
Suínos	120.000	960.000	20,09
Total	—	477.736	100

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros (1959, p. 307).

Atividades econômicas de destaque no decênio de 1950, a agricultura e a pecuária tinham, nos homens, sua mão de obra preferencial; enquanto às mulheres couberam atividades domésticas e atividades escolares discentes; elas somavam 45,46% da população. Souza e Silveira (2012, p. 4) reiteram esses dados, ao apontar que os migrantes “[...] buscaram escolarizar seus filhos, entretanto, eram as meninas, que de certa forma, tiveram maior incentivo a se escolarizarem, pois os meninos deveriam trabalhar na lavoura junto ao pai contribuindo com o sustento familiar”. Conforme a tabela, a seguir, a maior parte da população masculina, acima de 10 anos de idade, estava na atividade agrícola, pecuária e silvicultura. Ou seja, a concentração da força do trabalho masculina era maior no meio rural.

Tabela 12. Atividades principais desenvolvidas em Ituiutaba, 1950

ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS	POPULAÇÃO 10 ANOS OU MAIS			
	Mulheres	Homens	Números absolutos	% sobre o total geral
Atividades domésticas, não remuneradas e atividades escolares discentes	15.021	1.365	16.386	45,46
Atividades sociais	93	77	170	0,48
Prestação de serviços	802	516	1.318	3,73
Indústria de transformação	21	922	943	2,67
Comércio de mercadorias [...]	28	503	531	1,50
Transportes, comunicações e armazenagens	4	333	337	0,95
Comércio de imóveis	2	69	71	0,20
Profissões liberais	5	72	77	0,21
Administração pública, legislativo e justiça	8	43	51	0,14
Agricultura, pecuária e silvicultura	141	13.016	13.157	37,26
Indústrias extrativas	—	26	26	0,07
Defesa nacional e segurança pública	—	16	16	0,04
Condições inativas	825	1.398	2.223	6,29
TOTAL	16.950	18.356	35.306	100,0

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros (1959, p. 306).

Com efeito, Silveira (2012, p. 1) esclarece que, nos decênios de 1950 e 1960, um “[...] significativo processo de desenvolvimento agrário-industrial [...]” aconteceu em Ituiutaba e

região, onde a fertilidade da terra se abria ao desenvolvimento da “[...] cultura de cereais, primordialmente o arroz, estimulando, assim, a indústria de beneficiamento de grãos, gerando no âmbito econômico, importante crescimento para o pontal mineiro”. Para essas terras de economia promissora, houve uma migração expressiva de famílias inteiras que buscavam uma vida nova, dentre as quais, muitas que, por conta da seca, deixaram sua terra natal. Daí, a explosão demográfica no campo, cuja população feminina e masculina era quatro vezes maior que a do meio urbano. Para trabalhar nas lavouras de arroz e milho, os fazendeiros tiveram de buscar mão de obra fora do município, sobretudo, em regiões mais pobres de Minas³ e do Nordeste⁴.

Até o final da década de 1960, Ituiutaba e região receberam migrantes de lugares distintos, mas predominantemente do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Nesse contexto de aumento populacional, o analfabetismo chegou a 57,35%, na década de 1950, taxa superior à do estado, então de 56,19%. No meio rural, o percentual ascendia a 64,37%, maior que o da cidade, 28,68%, como mostra a tabela, a seguir.

Tabela 13. Quantitativo de pessoas alfabetizadas em Ituiutaba - 1950

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAS PRESENTES, DE 5 ANOS DE IDADE OU MAIS				
		Números absolutos			% sobre o total	
		Total	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
<i>Quadro urbano</i>	Homens	4.032	3.115	917	77,25	22,75
	Mulheres	4.445	2.931	1.514	65,93	34,07
	Total	8.477	6.046	2.431	71,32	28,68
<i>Quadro rural</i>	Homens	18.300	7.116	11.184	38,88	61,12
	Mulheres	16.312	5.218	11.094	31,98	68,02
	Total	34.612	12.334	22.278	35,63	64,37
<i>Em geral,</i>	Homens	22.332	10.231	12.101	45,81	54,19
	Mulheres	20.757	8.149	12.608	39,25	60,75
	Total	43.089	18.380	24.609	42,65	57,35

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros (1959, p. 308).

Como se lê na tabela apresentada, a maior porcentagem de pessoas com idade acima de 5 anos que não sabia ler nem escrever encontrava-se no meio rural. Isso possivelmente justifica a iniciativa de criação, por parte do município, de várias escolas rurais, no período de 1951 a 1972, bem como da primeira escola municipal urbana, autorizada a funcionar pela Portaria 7.869. Os dados, na tabela, a seguir, possibilitam uma medida em relação ao número de escolas municipais, a qual permite afirmar que houve mais uma política de prefeitos que de governadores. Assim, no que se refere ao analfabetismo no Brasil, tem-se o seguinte:

Tabela 14. Escolas - evolução do analfabetismo no Brasil, de 1940 a 1970

Anos	População de mais de 15 anos	Analfabeto de mais de 15 anos	Taxa de analfabetismo	População de 15 a 39 anos	Analfabetos de 15 a 19 anos	Taxa de Analfabetismo.
1940	23.639.769	13.279.899	56,17	16.515.300	8.937.282	54,11
1950	30.249.423	15.272.432	50,48	20.911.777	9.964.060	47,64
1960	40.187.590	15.815.903	39,35	27.017.011	9.422.610	34,87
1970	54.336.606	17.936.887	33,01	35.954.488	9.911.744	27,56

Fonte: Romanelli (1978, p. 75).

De acordo com a tabela, acima, a população com mais de 15 anos, na década de 1940 apresentava uma taxa de analfabetismo de 54,11%. Segundo Beisegel (2003), em 1940, a Educação de Jovens e Adultos começa a ganhar espaço na história da educação brasileira, com uma nova política voltada para esse contingente educacional. Romanelli (1978, p.75) menciona que: “[...] em números absolutos, cresceu o analfabetismo, porém em números relativos, ele decresceu sensivelmente”. É importante observar que esta análise se refere ao analfabetismo no período de 1940 a 1970.

Em relação ao decênio de 1950, com a população de mais de 15 anos, o decréscimo do analfabetismo foi apenas de 6,31%; Conforme Teixeira (1989, p.6), a explicação para essa diminuição de 6,31 % da taxa de analfabetismo é um tanto alarmante:

Para isso demonstrar não preciso mais do que apresentar algumas cifras: Tínhamos, em 1900, 9.750.000 habitantes de mais de 15 anos, dos quais 3.380.000 eram alfabetizados e 6.370.000 analfabetos. Em 1950, 14.900.000 eram alfabetizados e 15.350.000, analfabetos. Diminuímos a percentagem de analfabetos de 65% para 51%, em cinquenta anos, mas em números absolutos, passamos a ter bem mais do dobro de analfabetos. Se considerarmos o analfabeto, como seria lícito considerar, um elemento mais negativo do que positivo na população, a situação brasileira, do ponto de vista da educação comum, tornou-se em 1950 pior do que em 1900 [...]. Bendito seja o nosso crescimento demográfico que anula o nosso pequeno esforço em aumentar as oportunidades de educação primária, sem lhe tirar, por isto mesmo, o caráter de educação seletiva! (TEIXEIRA, 1989, p. 6).

Nessa perspectiva, conforme Tabela 14, o decréscimo do analfabetismo verificado, quando os números em termos absolutos são analisados, é, de fato, desanimador. Esses números refletem o esforço para aumentar a oportunidade relativa à educação, no entanto, o crescimento demográfico intenso impede essa tentativa, demonstrando, assim, o caráter seletivo da educação brasileira.

Nos decênios de 1960 e 1970, em razão do funcionamento de classes de ensino supletivo e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a Tabela 14 aponta um decréscimo do analfabetismo. No entanto, há de se considerar o alerta de Teixeira (1989) quanto à densidade demográfica, a qual é responsável pela exclusão escolar de muitos jovens e adultos em decorrência do trabalho e das dificuldades próprias da vida.

Em termos comparativos, apresenta-se, na tabela seguinte, a taxa de analfabetismo nos Estados brasileiros.

Tabela 15. Taxa de Analfabetismo nos Estados brasileiros, segundo recenseamento de 1950

Estados	%	Estados	%
Guaporé ⁵	50,08	Paraíba	70,82
Acre	65,62	Pernambuco	68,25
Amazonas	57,17	Alagoas	76,55
Rio Branco ⁶	55,50	Sergipe	66,37
Pará	51,29	Bahia	68,45
Paraná	47,32	R. G. do Sul	37,78
Goiás	66,76	Minas Gerais	56,19
Amapá	55,92	Espirito Santo	52,99
Maranhão	74,78	E. do Rio	44,03
Piauí	74,11	D. Federal	15,44
Ceará	68,82	S. Paulo	34,70
R. G. do Norte	68,02	M. Grosso	43,73
S. Catarina	35,89		

Fonte: Moura Sobrinho (2002, p.94).

Com base na Tabela 15, pode-se identificar que os Estados brasileiros sofriam com os altos índices de analfabetismo na década de 1950, quando Minas Gerais apresentava mais da metade da população analfabeta - 56,19%; sendo Alagoas o Estado brasileiro com a maior taxa de analfabetismo, 76,55%.

Nesta perspectiva, frente ao crescimento populacional do município de Ituiutaba, na Tabela 13, apresenta-se a taxa de analfabetismo desse município, a qual demonstra que, em relação ao estado de Minas Gerais, o analfabetismo dessa cidade atingiu 57,35%, sendo superior ao do estado Minas Gerais. Com isso, considera-se pertinente a problemática de estudo que essa pesquisa apresenta, uma vez que analisa a contradição existente em relação ao município que se destaca como a “Capital do Arroz”, portanto, economicamente pujante, mas com um índice de analfabetismo superior ao do estado mineiro.

Tabela 16. Criação das Escolas municipais rurais de Ituiutaba, 1941-1968

ESCOLAS MUNICIPAIS	DATA DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
E. M. Alberto Torres	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Água Suja
E. M. Duque de Caxias	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego da Canoa
E. M. José Bonifácio	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Açude
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-lei 73, de 25/11/41	Córrego do Retirinho
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Córrego da Divisa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/47	Campo Alegre
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto-lei 182, de 19/6/47	Ribeirão dos Baús
E. M. Antonio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/51	Córrego do Macaco
E. M. Constâncio F. de Almeida	Lei 119, de 24/11/51	Cotia
E. M. Francisco A. de Lorena	Lei 119, de 24/11/51	Vila Fisa
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/51	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/55	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/55	Córrego Açude
E. M. Hilarião Chaves	Lei 559, de 21/3/60	Salto de Moraes
E. M. Antonio Joaquim da Costa	Lei 637, de 25/3/61	Ribeirão dos Baús
E. M. Santa Rita	Lei 673, de 1º/12/61	Santa Rita
E. M. Antonio Baduy	Decreto 240, de 22/2/62	Campo Alegre
E. M. Castro Alves	Decreto 241, de 23/2/62	Ponte Rio Prata
E. M. São José	Decreto 249, de 23/4/62	Córrego da Mamoma
E. M. João da Fonseca Filho	Decreto 261, de 16/8/62	Boa Esperança
E. M. Aureliano J. Freitas Franco	Decreto 264, de 20/8/62	São Lourenço
E. M. Capela N. S. Aparecida	Decreto 312, de 4/5/64	Monte Azul
E. M. Getúlio Vargas	Decreto 312, de 4/5/64	Baixadão
E. M. Ver. Diógenes de Souza	Decreto 312, de 4/5/64	Pontinhas
E. M. Pref. José A. de Paula	Decreto 312, de 4/5/64	Guabirola
E. M. Fernando M. de Andrade	Lei 954, de 29/3/65	São Bento
E. M. Dep. Daniel de F. Barros	Decreto 385, de 15/4/66	Açude
E. M. Dr. Camilo Chaves Júnior	Decreto 385, de 15/4/66	Sapé
E. M. Joaquim José de Assis	Decreto 385, de 15/4/66	Campo Alegre
E. M. Domingos José Franco	Decreto 404, de 27/12/66	Ribeirão São Vicente
E. M. Manoel Alves Vilela	Decreto municipal 404, de 27/12/66; autorização de funcionamento pela portaria 013/80 de 25/10/80	R. Francisco M. de Andrade, Conjunto Sol Nascente II
E. M. Francisco José de Carvalho	Decreto 432, de 23/8/67	Capão Rico
E. M. Antonio Severino da Silva	Decreto 454, de 12/2/68	Rib. São Vicente
E. M. Augusto Martins de Andrade	Decreto 454, de 12/2/68	Pontal — Campo Alegre
E. M. João José dos Santos	Decreto 1.235, de 21/6/68	Córrego da Chácara
E. M. Manoel Afonso Cancelli	Decreto 492, de 8/7/68	Ribeirão de S. Rita
E. M. Antonio de Souza Martins	Decreto 503, de 14/8/68	Alto do Carmo
E. M. Cândido José de Carvalho	Decreto 507, de 19/8/68	Mangalarga
E. M. Joaquim Antonio de Moraes	Decreto 520, de 19/9/68	Córrego do Retiro
E. E. M. José da Silva Ramos	Decreto 534, de 2/12/68	Córrego da Chácara
E. M. de 1º e 2º Graus Machado de Assis	Decreto 73, de 25 de novembro de 1941, recebe a denominação de Machado de Assis. Lei municipal 1.254, de 1968; autorização de funcionamento pela portaria 78/69, publicada no “MG”, de 8/3/69; em 1973, implantação do regime instituído pela lei federal 5.692, de 11/8/71, modificando o regimento conforme resolução 146/72, aprovada em 22/6/72, pelo Conselho Estadual de Educação (MG)	Rua 26, Centro

Fonte: Ituiutaba (2015, [n.p.]).

Como se pode deduzir da fala do arquiteto que projetou e idealizou espaços para construir as primeiras escolas rurais de alvenaria do município de Ituiutaba, a quantidade não equivalia à qualidade. Vereador de Ituiutaba e colaborador do então prefeito, Samir

Tannus (1967-1970), Fued José Dib defendeu seus projetos na Câmara e foi participante ativo das discussões e decisões de sua empreendedora gestão. Suas palavras dão uma medida de como era a estrutura física das escolas rurais, nas décadas de 1950 e 1960, assim como o transporte do professor e sua moradia:

Na década de 50, tinha escola rural que funcionava no paiol. Quando o Samir Tannus se elegeu, em 1966, para prefeito, com seu plano de governo “Uma escola em cada 58 dias de governo”, eu o apresentei o programa de construção de prédios de alvenaria. E fizemos isso, criamos um bocado de escola. [...] As escolas eram muito simples, era um cômodo aqui outro ali, um banheirinho no meio, uma varandinha, no máximo duas salas de aulas; mas isso foi um progresso porque antes havia escola até no paiol. Tinha escola que funcionava era na casa do peão mesmo, sem espaço, sem um mínimo de conforto. A maioria dos professores morava na roça, geralmente o proprietário da fazenda cedia um lugar para o professor morar, na maioria das vezes era uma família que tinha filho que estudava. Agora, algumas escolas a prefeitura transportava. Não era uma norma que todos os professores morassem na zona rural, mas não quer dizer que a prefeitura garantia transporte para todos os professores. Tinha escola que às vezes tinha aluno de três séries, era uma professora só; primeiro porque muitas vezes eram poucos alunos. Não havia esforço para pôr aluno na escola. Era complicado (DIB, 2015, [n.p.]).

A solidez da fixação de parte expressiva dos migrantes nordestinos no campo começa a aluir no início do decênio de 1970, quando a cidade estava mais estruturada, e a produção de arroz já havia dado sinal de esgotamento. Além disso, no meio rural, impõe-se a mecanização, enquanto a pecuária de corte se sobrepõe à agricultura como base da economia, que buscava responder aos ditames do capitalismo de mercado e da lógica da lucratividade maior. Esse fenômeno provocou a concentração de renda entre os pecuaristas, a falência do comércio agrícola e o desemprego no campo, com o conseqüente êxodo rural. Daí, cabe dizer que a migração maciça campo-cidade, na região de Ituiutaba, não aconteceu nos anos de 1950-1960, mas, sim, a partir da década de 1970. Evidenciou-se a supremacia econômico-política de uma camada enriquecida, direta ou indiretamente, pela pecuária e, reconhecidamente, aguçada pelas propostas econômicas e práticas políticas dos governos militares, instalados após o golpe de 1964. Eclodiram novos meios de empreendimento urbano em razão da adaptação de segmentos sociais ao modelo econômico, sua política de subsídios e outros incentivos à iniciativa privada.

A supressão da atividade produtiva manual no campo levou uma quantidade expressiva de trabalhadores rurais - o pequeno produtor, o parceiro, o agregado, dentre outros atores que permeiam e movem a vida no campo - a se posicionar ante um dilema: ou migrar para outras regiões agrícolas e/ou industriais desenvolvidas, ou continuar no município como mão de obra disponível a modalidades de trabalho na área do comércio e de serviços na cidade, que, aliados a uma atividade industrial ainda incipiente, segundo Frattari Neto (2009), representou crescimento significativo na economia da cidade.

Muitos trabalhadores rurais rumaram-se para o meio urbano, em busca de trabalho e escola para os filhos. Segundo Silva (1997, p. 39), “[...] a partir de 1969 o ‘tráfego de nordestinos’ foi proibido pela Polícia Federal que intensificou a fiscalização, pondo fim ao pau de arara”. Com o fim do ciclo da lavoura, os migrantes “[...] nordestinos passaram a habitar a periferia da cidade, transformando-se em bóias-frias, vigias, pedreiros, chapas, [tornaram-se] só trabalhadores, mas também pequenos empresários”. A migração para a

cidade inflou a população urbana, além de ter havido uma taxa de natalidade maior. Como mostra a Tabela 15, em três décadas, a população predominantemente rural passou a ser predominantemente urbana.

À parte os migrantes analfabetos que passaram a viver na cidade de Ituiutaba, a população urbana não migrante apresentava percentual elevado de analfabetismo, dado o número restrito de grupos escolares. Em geral, a cidade assemelhava-se a uma parcela expressiva de cidades mineiras e, quiçá, do país. Cabe salientar que a projeção econômica do município ocorreu antes mesmo do *boom* do arroz, pelo menos em Minas Gerais. Contudo, o destaque econômico, na primeira metade do século XX, não teve contrapartida na educação pública, pois os índices de analfabetismo eram expressivos, incoerentes com a expansão escolar nacional. Em 37 anos - entre a instalação do primeiro grupo escolar (1910) e a do segundo (1947), denominado Ildefonso Mascarenhas da Silva - houve falta de escolas públicas na educação do município. A essa carência correspondeu a presença da escola privada, decisiva na implementação de escolas primárias, de acordo com a tabela, a seguir.

Tabela 17. Escolas urbanas de Ituiutaba, 1900- 1940

PERÍODO	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PARTICULAR
1901–10	Grupo Escolar João Pinheiro	Escola do professor José de Alencar Escola do professor Afonso José Colégio Santa Cruz Externato/Colégio São Luiz e Colégio Santo Antônio
1910–20	—	Não encontramos dados sobre escolas desse período
1920–30	—	Colégio das Irmãs Belgas Instituto Propedêutico Ituiutaba Escola São José
1930–40	—	Instituto Marden Colégio Menino Jesus de Praga Colégio Santa Tereza Colégio São José

Fonte: Moraes (2004, p. 55).

Visto que, a partir da década de 1970, a migração para a cidade ganhou fôlego, a ida gradativa do campo para a sede municipal tendeu a esvaziar o campo da população em idade escolar; ou seja, levou à desativação de grande parte das escolas rurais, ao longo dos anos de 1970, por falta de aluno. Se não havia razão para mantê-las em funcionamento no meio rural, na cidade, o aumento da população era razão óbvia para a abertura de mais escolas públicas, ou seja, para a ação educacional do estado quanto à criação de grupos escolares. A tabela seguinte retrata o investimento realizado pelo governo mineiro na educação pública de Ituiutaba.

Tabela 18. Criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba -1908-1987

NOME	CRIAÇÃO	INSTALAÇÃO/AUTORIZAÇÃO
E. E. João Pinheiro	Decreto 2.327, de 22/12/1908	
G. E. Ildefonso M. da Silva	Decreto 2.395, de 31/1/1947	
G. E. Senador Camilo Chaves	Decreto 4.477, de 21/03/55	Data de instalação: 8/1/1956
E. E. Governador Clóvis Salgado	Decreto 4.966, de 27/1/1956	
E. E. Arthur Junqueira de Almeida	Decreto 5.438, de 18/4/1958	
E. E. Governador Bias Fortes	Decreto 005704, de 27/11/1959	Ato de autorização publicado no MG 29/11/1959 e estadualizada em 1º/4/1960
E. E. Cel. João Martins	Decreto-lei 6.044, de 14/12/1960	
E. E. Cônego Ângelo	Decreto-lei 7.215, de 10/10/1963	Ato de autorização 28/11/64
E. E. Cel. Tonico Franco	Decreto-lei 8.406, de 24/6/1965	Ato de autorização 6/3/1966
E. E. Dr. Fernando Alexandre	Decreto-lei 8.407, de 24/6/1965	Autorizado a funcionar em 25/3/1966
C. E. M. Dr. José Z. de Andrade	Lei 3.595, de 25/11/1965	
E. E. Profª. Maria de Barros	Lei 3.878, de 20/12/1965	
E. E. Governador Israel Pinheiro	Lei 3.956, de 23/12/1965	
E. E. Rotary	Decreto, 9.703 de 6/04/1966	
E. E. Prof. Álvaro B. de Andrade	Decreto, 11.097 de 9/05/1968	

Fonte: Ituiutaba (2015, [n.p]).

Possivelmente, os índices elevados de analfabetismo em Ituiutaba, no decênio de 1950 - superiores à média do estado, convém reiterar - justifiquem-se em razão da escassez de escola pública, pois, até 1954, a cidade contava com dois grupos escolares para 2,4 mil pessoas na faixa etária de 5 anos ou mais. Acrescente-se a esse contingente a população em idade escolar dos adultos analfabetos que ampliaram a população urbana de Ituiutaba em mais de 16 mil habitantes entre os anos de 1960 e 1970. O montante de matrículas inicial do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas, segundo relato de sua ex-diretora Nagib Moukachar (2009), foi de “[...] 400 e tantos alunos [...]”. Assim, tomando 400 vagas como média inicial de matrícula das escolas públicas, criadas após esse grupo, então poder-se-ia pensar que a demanda de escolarização de 2,4 mil vagas somente seria suprida, em 1963.

De fato, em 1955, a construção de mais escolas foi objeto de discussão na Câmara Municipal. Como deixa entrever registro em ata, os debates frisaram a possibilidade de expansão dos grupos escolares mesmo sem apoio do governo mineiro:

CM/ 1/55, alegando que a situação financeira do município, não permite atender a este encargo, pois o mesmo é de competência do Estado. Com a palavra o vereador Sr. Pedro Lurdes de Moraes que diz: “tenhamos ou não auxílio do Estado, necessitamos de mais um grupo escolar”. E pede assim que se vote unanimemente favorável à mensagem. Logo a seguir fala o vereador Sr. Dr. Daniel de Freitas Barros, que, depois de várias considerações sobre a necessidade de mais um grupo escolar para o município, pede que se vote favoravelmente (ITUIUTABA, 1955, [n.p]).

Diferentemente, ainda em 1955, o Poder Executivo manifestou-se contrariamente à construção de mais escolas, como se lê nesta passagem de ata da Câmara:

Projeto CM/18/55, que dispõe sobre a criação de escolas e professores de autoria do vereador Antenor Tomaz Domingues com a palavra o Dr. Daniel de Freitas Barros que baseado em informações prestadas pela prefeitura municipal de que existem vinte escolas paralisadas por falta de professores, acha desnecessária, no momento a criação de mais escolas, que viriam onerar o município (ITUIUTABA, 1955, [n.p]).

O texto da ata não explicita quais escolas estavam paralisadas, mas presume-se que fossem rurais. Como se pode deduzir, havia descompasso: muitos alunos para poucas escolas; muitas escolas para poucos professores. Havia ainda um terceiro elemento: falta de prédio para instalar a escola, o que era uma ameaça ao funcionamento escolar, como se lê em notícia publicada pelo jornal Correio do Pontal (1957, p. 2):

Comenta-se aos bastidores da política local que o Grupo Escolar “Ildefonso Mascarenhas da Silva”, que não tem prédio próprio, esteve ameaçado de ter suas atividades suspensas em 1957, porque o Estado estaria propenso a impedir o seu funcionamento no edifício do Grupo “João Pinheiro”. A propósito, o dep. Omar Diniz chegou a enviar um telegrama ao Secretario da Educação, apelando para o Sr. Abguar Renault, no sentido de que permita a dupla ocupação do prédio, pelo menos por mais um exercício. E isto é o que vae suceder, tanto no corrente ano como nos próximos, porque o Estado nada constróe em Ituiutaba, que tem três grupos funcionando, mais um criado e sòmente um prédio escolar para abrigar a criançada de uma cidade de 21500 habitantes, séde de um município que rende mais 30 milhões para os seus cofres. A Constituição do país, no entanto, em seu Art.º 168, ítem I, prescreve a obrigatoriedade do ensino primário, e nossa lei eleitoral exige que o cidadão seja alfabetizado para poder votar — uma ironia revoltante, quando sabemos que o Estado, não apenas dificulta, mas impede totalmente a difusão do ensino. Ituiutaba em peso pôde atestar essa contradição. E ainda seríamos felizes se fôsse apenas Ituiutaba... (Grifos do autor).

Considerações finais

No Brasil dos anos de 1950 e 1960, ocorreram transformações socioeconômicas e políticas que mudaram a feição das cidades, sobretudo, os fenômenos da industrialização e migração do meio rural para o meio urbano. Entender essas transformações urbanas supõe fazer o que preconiza Lefèbvre (1999): pensar na mediação do social entre o econômico e o político de modo a romper com interpretações esvaziadas, porque dispensam a subjetividade, o cotidiano, o vivido, a percepção etc. Assim, espera-se que as informações, os dados e a análise apresentados, por ora, permitam entender a razão pela qual cabe dizer que a universalização da educação pública e gratuita sempre enfrentou impasses no âmbito do Estado para se desenvolver; impasses advindos ora de interesses privados que o Estado representa - a elite econômica que dificulta um projeto público e universal de educação gratuita; ora do Estado, que se omite ante suas responsabilidades educacionais.

Em um estado privilegiado pela criação de grupos escolares, já nos primeiros anos do século XX, como Minas Gerais, essa expansão educacional - aumento na quantidade de salas de aulas e vagas - não supriu a demanda de toda a população escolarizável. Noutros termos, em municípios mineiros como Ituiutaba, foram criadas mais escolas municipais (rurais) do que estaduais; indicativo de um sentido inverso ao da expansão, de acabar com

escolas isoladas, reunindo-as no grupo escolar. Embora tenham sido criadas escolas estaduais, o governo local investiu mais que o estadual. As contradições referentes a um município com índices econômicos elevados, tais quais os índices de analfabetismo - superiores à média de Minas Gerais - mostram ser complexas, ou seja, algo com determinantes externos ao município, e não - como se poderia pensar - como evento localizado.

Em uma lógica de igualdade para todos, seria natural que o número de escolas rurais fosse superior ao de escolas da cidade. Só não parece natural a ênfase no grupo escolar como modelo de escola para a cidade, quando a população do país residia majoritariamente no campo. Em outras palavras, podia-se supor que, também, para o meio rural, houvesse um plano de educação que se alinhasse aos parâmetros daquele concebido para os cidadãos. Diferentemente, ao volume de escolas rurais equivaliu certa precariedade nas condições de escolarização e funcionamento. Pelo fato de essas escolas serem geridas por fazendeiros, provavelmente poderiam ser submetidas a interesses político-partidários.

Referências

- ARAUJO, José. Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 206-249.
- ARAUJO, Maria Marta de; MOREIRA, Keila Cruz. O Grupo Escolar Modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal–RN, 1908–1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.
- BESKOW, Paulo R. Agricultura e política no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). *Estudos, Sociedade e Agricultura*, ano 12, p. 56-79, abr.1999.
- BEISIEGEL, C. R A educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. *Alfabetização e Cidadania*, São Paulo, n. 16, p. 19-27, jul. 2003.
- BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. *Da Sombra da Magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*, 2016.121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. Estudo dois. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 25-38.
- ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros - Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. XXV.
- FRATTARI NETO, Nicola José. *Educandário Espírita Ituiutaba: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora*. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973),

2009.202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1940/1950*. Quadro de totais referentes ao Estado e de distribuição segundo os municípios 1940/1950. Rio do Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, Tomo XIX.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1960*. Minas Gerais VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Estatística de População, 1960, v. I.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 1970*. Minas Gerais VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Estatística de População v. I. Tomo XIX.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Anuário estatístico do Brasil: 1957–1971*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm>. Acesso em: 15 set. 2015.

ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação. [Dados sobre a criação e instalação de escolas estaduais de Ituiutaba]. *Levantamento feito via Superintendência Regional de Ensino*. Ituiutaba, MG, jun. 2015.

ITUIUTABA. Autorização de Funcionamento da Escola Municipal de 1º e 2º grau Machado de Assis. *Portaria 78/69*. Publicada no Minas Gerais no dia 8 de março de 1969.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo horizonte: UFMG, 1999.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 2.327 cria o Grupo Escolar de Villa Platina pelo vice-presidente Júlio Bueno Brandão e por Estevão Leite de Magalhães Pinto, no dia 22 de dezembro de 1908, e publicado no *Minas Geraes - Orgão Oficial dos Poderes do Estado*, Belo Horizonte, ano XVII, n. 304, p. 1, 23 dez.1908.

MORAES, Vera Cruz Oliveira. *Tudo pela pátria: a história do instituto “Marden”*. 2004.150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

MOURA SOBRINHO. Batista Vicente. *Massificação do Ensino em Uberlândia MG: a fala da imprensa (1940 – 1960)*. 2002, 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *A pesquisa sobre instituições escolares*. Videoconferência promovida pelo HISTEDBR – 20 anos, UNICAMP, em 24/11/2005, interligada com o II Colóquio sobre Pesquisa e Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016

PORTES, Écio Antônio; SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. Aspectos da educação e do êxodo rural em Minas Gerais (1950–1970). *Caderno de História da Educação*, v. 11, n. 2, p. 409-15, jul./dez. 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 303-50.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira *Memória: lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (décadas de 1950 e 1960). 1997. 150.f Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Suely Braga. *50 anos em 5: a odisséia desenvolvimentista do Plano de Metas*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_brasil_de_jk/50_anos_em_5_o_plano_de_metas.a_sp>. Acesso em: 30 out. 2015.

SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. *Migrantes nordestinas e escolarização no Pontal Mineiro (1950 a 1960): desafios, resistências, embates e conquistas*. 2012. 148.f Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930–1964*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. A Educação não é privilégio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v.6, n.63, p.3-31, jul./set. 1956.

Fontes

FOLHA DE ITUIUTABA. Fontes *Esteve ameaçado de paralisação o Grupo Ildefonso Mascarenhas*. Ituiutaba, MG, 09/02/1957.

DIB, Fued José. Arquivo de mp3 (120 minutos). Luciene Bezerra. Ituiutaba, MG, 12 ago. 2015. Entrevista concedida a Luciene Bezerra na residência do entrevistado.

ITUIUTABA. Câmara Municipal de Ituiutaba. *Ata da 11ª sessão da 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, realizada no dia 16 nov.1955*. Livro [s.n.], [n.p.]

MOUKACHAR, Nagib Bitar. 1 fita cassete (60 min.). Valéria Aparecida. Ituiutaba, MG, 4 de fev. 2009. Entrevista concedida a Valéria Aparecida na residência da entrevistada.

Notas

¹ Em 1954, a cidade contava com *dois* grupos escolares para 2,4 mil pessoas na faixa etária de 5 anos ou mais. O montante de matrículas inicial do Grupo Escolar Professor Ildefonso Mascarenhas, criado em 1947, segundo relato de sua ex-diretora Nagib Moukachar (2009), foi de “[...] 400 e tantos alunos [...]”. Não temos dados do volume de matrículas abertas pelo Grupo Escolar João Pinheiro, o primeiro da cidade. Criado pelo Decreto 2.327, assinado em 22 de dezembro de 1908, começou a funcionar com o nome de Grupo Escolar de Villa Platina em 1910.

² Este estudo utiliza dados, leituras e reflexões realizados para a pesquisa de mestrado, materializada na dissertação, intitulada, *Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971*, defendida por Luciene Teresinha de Souza Bezerra, em fevereiro de 2015, na Universidade Federal de Uberlândia.

³ Vieram famílias de Luz, da região do Alto Paranaíba, do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

⁴ O fluxo migratório de estados nordestinos para o Triângulo Mineiro foi abordado por SILVA (1997).

⁵ Território Federal de Guaporé e depois batizado como Território Federal de Rondônia.

⁶ Território Federal de Rio Branco – depois Território Federal de Roraima.

Recebido: Abril/2016.

Aprovado: Abril/2017.